

Coluna do Castello

Sarney agindo com liberdade



Tendo o presidente José Sarney reivindicado, entre outras coisas, que a executiva nacional do PMDB lhe negou mas os governadores concederam, liberdade de governar, é de presumir-se que a reforma administrativa e ministerial que se inicia não tenha sido precedida de consultas a presidentes de partidos nem a lideranças parlamentares. Os governadores estariam mais credenciados a influir, mesmo assim, segundo o parâmetro presidencial, influiriam por dedução do próprio presidente e não por indicações diretas nas escolhas de uma equipe que deverá ser estritamente solidária com o presidente da República e seus objetivos.

A reforma, na escala em que está sendo prevista e anunciada pelos assessores do Planalto, tem duas faces, a técnico-administrativa e a política. Pelo que se anuncia, um esquema penetra no outro e muitas das decisões de aparência técnica poderão ter inspiração política, como, por exemplo, a anunciada fusão do Ministério da Previdência com o da Saúde, a qual envolveria transferências de órgãos como o arrecadador dos recursos da Previdência que seriam transferidos para a Seplan, ou outro órgão ligado a um possível Ministério da Economia. Em tal hipótese os recursos previdenciários entrariam no bolo geral no qual se dissolveriam, perdendo a identidade da origem.

Não se conhecem os técnicos mobilizados pela Presidência para elaborar um relatório de análise da administração pública e consequente reforma do modelo existente. Os técnicos são mantidos sob sigilo ou seriam apenas assessores do presidente que, no aconchego da Presidência, se imbuíram de conhecimentos que não foram antes auridos em literatura especializada. Tratar-se-ia do saber de experiência feito. De qualquer forma, suficiente para convencer o presidente e levá-lo a tomar decisões de revisão de técnicas administrativas sem o conselho de especialistas conhecidos.

No entanto, não há dúvida de que a dominante da reforma é política e, como tal, haverá de prevalecer o discernimento do presidente, que, como se sabe, não está cercado de uma equipe experiente em avaliações políticas. Temos de confiar nos critérios do presidente e na sua capacidade de avaliar da eficiência política de uma equipe escolhida sem indicação

dos partidos, mas que não pode ignorar o apoio que o PMDB está dando ao presidente e sobretudo o mais explícito que lhe deram os governadores. Também o PFL, que rompeu a Aliança Democrática, não está fora do esquema. O conselho do ex-presidente Geisel a esse partido deve ter pesado não só no espírito do ministro Aureliano Chaves, que jamais radicalizou a situação, como no do próprio senador Marco Maciel, convocado a impedir que se entregue a gerência política e administrativa ao não confiável PMDB.

A eliminação da Previdência, como meio de afastar o sr Raphael de Almeida Magalhães, daria ao PFL a satisfação para que revisse seu propósito de não "comparência" no governo, eliminando o sotaque luso-oposicionista por um abrandado e inspirado realismo político. O sr Antônio Carlos Magalhães, que não se identifica propriamente com o PFL, ficará, assim como o ex-governador João Alves, chefe em Sergipe de um esquema mais vinculado às chamadas forças populares do que à fortuna da família Franco, da qual aliás se dissociou no último pleito. As razões do sr Aureliano Chaves, para ficar ou para sair, têm uma referência irrecusável na política do seu estado, sempre ciosa de resguardar uma presença nacional com vistas a um futuro mais promissor do que o passado.

O novo ministério e os cortes na administração indireta deverão refletir, portanto, avaliações pessoais do presidente, que não se cobriu de pareceres de políticos nem de técnicos para tomar suas decisões. O sr José Sarney, depois de dois anos e sete meses de governo, já se sente em condições de assumir responsabilidades para gerar um processo decisório mais consequente com seus objetivos e com os apoios que tem colhido. Duas preocupações negativas estariam nessas avaliações: de um lado, as pressões da esquerda do PMDB; de outro lado, a irrupção dos movimentos de direita, à frente dos quais se situaria o ex-presidente João Figueiredo, cujos objetivos poderiam ser ainda mais assustadores ao projeto de estabilização do presidente da República.